



FLORA TRISTAN E O SISTEMA DE JUSTIÇA PATRIARCAL: A INSURGÊNCIA DE “PEREGRINAÇÕES DE UMA PÁRIA”

*FLORA TRISTÁN Y LA JUSTICIA PATRIARCAL: LA INSURGENCIA DE
“PEREGRINACIONES DE UNA PARIA”*

*FLORA TRISTAN AND THE PATRIARCHAL JUSTICE SYSTEM: THE
INSURGENCY OF “PILGRIMAGES OF AN PARIAH”*

Joana das Flores Duarte ¹ 

Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Resumo: Flora Tristan escreveu *Peregrinaciones de una paria* [As peregrinações de uma pária] entre 1833-1834. O livro é um relato da sua viagem pelo Peru, em busca do reconhecimento de sua família paterna. O fito desta resenha é o de mostrar a atualidade e insurgência do pensamento de Flora Tristan. Destacamos, entre essas rebeldias, a sua transcendência cronológica ao tempo vivido e os elementos fundantes de uma crítica feminista ao sistema de justiça patriarcal. É partindo de sua experiência matrimonial (da tentativa de desfecho dessa experiência) que Flora explora as determinações patriarcais que se interseccionam com o sistema de justiça. Desvenda, a partir daí a relação de dominação e imposição do casamento, bem como a determinação do “papel feminino” no seio da família. Ao trazer a perseguição chancelada pelo Estado do homem sobre a mulher, Flora afirma a atualidade da sua obra após 188 anos da primeira publicação. Sua insurgência não reside apenas no tratamento analítico dado ao apagamento dos fundamentos filosóficos do direito de liberdade das mulheres, mas na sua arguta apreensão sobre a relação de dominação masculina com a formulação jurídica do direito de propriedade privada burguesa. Flora inaugura como princípio revolucionário que o privado, além de público, é político. Destaca-se a relevância contemporânea de sua obra para a América Latina e o Caribe, em especial no pensamento feminista.

Palavras-chave: Flora Tristan; Justiça Patriarcal; Gênero.

¹ Doutora e Professora na Universidade Federal de São Paulo, no Instituto de Saúde Sociedade (ISS). E-mail: jf.duarte@unifesp.br.

Resumen: Flora Tristán escribió *Peregrinaciones de una paria* entre 1833-1834. El libro es un relato de su viaje por Perú, en busca del reconocimiento de su familia paterna. El propósito de esta reseña es mostrar la actualidad y la insurgencia del pensamiento de Flora Tristán. Destacamos, entre estas rebeliones, su trascendencia cronológica al tiempo vivido y los elementos fundantes de una crítica feminista al sistema de justicia patriarcal. Es desde su experiencia conyugal (desde el intento de poner fin a esta experiencia) que Flora explora las determinaciones patriarcales que se entrecruzan con el sistema de justicia. Devela, a partir de ahí, la relación de dominación e imposición del matrimonio, así como la determinación del “rol femenino” dentro de la familia. Al traer a colación la persecución de los hombres sobre las mujeres sancionada por el Estado, Flora afirma la relevancia de su obra después de 188 años de su primera publicación. Su insurgencia reside no sólo en el tratamiento analítico que se le da al borramiento de los fundamentos filosóficos del derecho a la libertad de las mujeres, sino en su astuta aprehensión de la relación de la dominación masculina con la formulación jurídica del derecho a la propiedad privada burguesa. Flora inaugura como principio revolucionario que lo privado, además de público, es político. Se destaca la relevancia contemporánea de su obra para América Latina y el Caribe, especialmente en términos del pensamiento feminista en esa región.

Palabras clave: Flora Tristán; Justicia Patriarcal; Género.

Abstract: Flora Tristan wrote *Peregrinaciones de una paria* [*Peregrinations of a Pariah*] between 1833-1834. The book is an account of her journey through Peru, in search of recognition from her paternal family. The purpose of this review is to shed light on the relevance and insurgency of Flora Tristan's thought. We highlight, among these rebellions, their chronological transcendence to lived time and the founding elements of a feminist critique of the patriarchal justice system. It is from her marital experience (and the attempt to end this experience) that Flora explores the patriarchal determinations that intersect with the justice system. From there, she unveils the relationship between domination and imposition of marriage, as well as the determination of the “female role” within the family. By bringing the state-sanctioned persecution of men over women to light, Flora affirms the relevance of her work 188 years after its first publication. Her insurgency lies not only in the analytical treatment given to the erasure of the philosophical foundations of women's right to freedom but also in her astute apprehension of the relationship of male dominance with the legal formulation of the right to bourgeois private property. Flora inaugurates the revolutionary principle that the private, in addition to being public, is political. The contemporary relevance of her work for Latin America and the Caribbean is highlighted, especially in terms of feminist thought in that region.

Keywords: Flora Tristan; Patriarchal Justice; Gender.

Flora Celestina Teresa Enriqueta Tristán y Moscoso nasceu em 7 de abril de 1803, na França (Paris), em plena época napoleônica. Publicou em vida as obras *Nécessité de faire un bon accueil aux femmes Étrangères* (1836), *Pétition pour le rétablissement du divorce* (1837), *Pérégrinations d'une paria* (1838), *Lettres de Bolívar* (1838), *Pétition pour l'abolition de la peine de mort* (1838), *Méphís* (1838), *Promenades dans Londres* (1840), *L'Union Ouvrière* (1843). No que diz respeito à estrutura da obra, esta tem 519 páginas e está dividida em dois grandes tomos. O primeiro versa mais especificamente sobre o deslocamento do continente europeu para o americano, enquanto o segundo se dedica à sua temporada no Peru. Publicada pelo Fondo Editorial da Universidad Nacional Mayor de San Marcos, em 2003 e reimpressa em 2006, com apoio instituição Flora Tristan – Centro De la Mujer Peruano, a obra foi traduzida por Emilia Romeno, com prólogo de Mario Vargas Llosa, uma nota introdutória de Francesca Denegri e nota de abertura pela feminista e ativista peruana Virgínia Vargas.

Flora viveu intensamente e pensou muito além do seu tempo, mas faleceu jovem, com 41 anos. Em *Pérégrinations d'une paria*, Flora relata sua viagem ao Peru, essa que teve como motivação central o seu reconhecimento por parte de sua família paterna. Filha de pai hispano-peruano, o coronel da Armada espanhola Dom Mariano de Tristán y Moscoso, e de mãe francesa, Anne-Pierre Laisnay, Flora era considerada ilegítima, pois o casamento dos seus pais ocorreu apenas no marco religioso e sem validade civil. Situação que colocou Flora em um grande paradoxo: herdeira sem direitos. Com a perda do seu pai ainda criança, Flora teve uma vida marcada por dificuldades de todas as ordens, e com a chegada da vida adulta decide viajar até o Peru e ter o reconhecimento de filha por parte de sua rica família paterna. A escolha de *paria* no título da obra demarca bem essa posição política e ativista da autora, quando

demonstra que a ausência do reconhecimento da paternidade lhe projetou a tal condição. Flora demonstra como a sociedade patriarcal sustentada na figura masculina criou uma relação de segunda classe ou de mulher inferior para ela, devido a sua condição de filha sem pai. Chama a atenção como a autora naquele período já explorava os danos causados às mulheres e suas filhas sem a figura paterna. Isso tanto pelas questões financeiras, mas também pelo prestígio social e respeitabilidade impostos pela figura patriarca. No desenvolver da sua história, Flora busca situar como a sua condição de mulher na sociedade foi constituída também por essa relação de desamparo. Por outro lado, e de modo muito contraditório, é justamente a partir dessa ausência da figura paterna e de uma “referência masculina protetiva”, que Flora se lança como protagonista da sua história. A ida até o Peru trata em dois tempos de duas grandes questões: ser reconhecida como filha e herdeira e como mulher insurgente, demarcando um protagonismo fora de alcance para sua época, ou melhor, muito semelhante ao alcance dos homens de sua época.

Flora, em seus escritos, buscou afirmar o que hoje denominamos por *justiça social de gênero*. Em *Peregrinaciones de una paria*², a autora busca, por meio de crônicas, situar suas experiências dialeticamente com o mundo vivido. Das relações traumáticas, entre elas o casamento, Flora mostra de forma pioneira a formação do sistema jurídico patriarcal e androcêntrico. Perseguida e sem o direito à liberdade na condição de mulher, a autora desvenda a relação entre família, propriedade privada e burguesia. É neste livro que Flora marca seu pioneirismo e sua posição revolucionária diante do seu tempo. Não se trata de um “diário” de sua viagem ao Peru, mas dos efeitos que sofreu em sua vida por ser uma filha ilegítima e uma mulher bastarda. É partindo dessas contradições que a autora demarca as opressões do casamento e o lugar de “segunda classe” imposto às mulheres. Flora inova ao analisar as relações privadas como

² TRISTAN, Flora. **Peregrinaciones de una paria**. Lima, Perú: Fondo Editorial UNMSM, 2003. 539 p.

A obra também foi traduzida ao português: TRISTAN, Flora. **Peregrinações de uma pária**. Trad. Maria Nilda Pessoa, Paula Berinson. Florianópolis: Ed. Mulheres, Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000. 535 p.

intrínsecas ao mundo público, em especial na insegurança jurídica destinada às mulheres.

Flora conta sua história, mas sem cair nas armadilhas subjetivistas ou do que denominamos por “esfera privada”. Pelo contrário, ao transpor suas “falhas” e dores enquanto mulher para além do âmbito doméstico, Flora rompe com o pacto do silêncio e da subordinação imposto às mulheres. Flora, ao realizar uma exposição de si mesma, se pauta numa narrativa honesta e verdadeira à sua história. Por isso, a construção de pária se forja nessa contraditória relação vivida por ela. Ao assumir essa posição “inferior” e marginalizável, Flora se coloca em dois lugares ao mesmo tempo: escritora e sujeita vivente da escrita. A autora, diferentemente da literatura europeia de sua época, se posiciona como interlocutora de sua própria narrativa, sem desconectar-se da dimensão social e política que assume em seu conteúdo. Trabalha, nesse sentido, dialogicamente o seu discurso. Este é, sem dúvida, um dos maiores feitos de sua obra, pois, ao mostrar as perseguições e toda a peregrinação jurídica que lhe foram impostas por sua condição de sexo/gênero, explicita uma situação própria, mas, ao mesmo tempo, lança luzes sobre a sua dimensão coletiva.

Flora não se atenta apenas às questões conjugais, mostrando como as pessoas mais pobres são mais injustiçadas. Não por acaso, o/a leitor/a é interpelado pela narrativa de Flora, se dando conta dos fatos e do lugar de fala insurgente da autora. Ao mediar presente e passado, Flora aborda um outro elemento fundamental: sua condição fronteiriça. Liga dois continentes em processos sócio-históricos distintos. No Peru, desvenda elementos da colonização, das relações escravocratas, o que se contrasta em muitos aspectos com a realidade europeia, que efervescia com um movimento de organização da classe trabalhadora. Sua obra nos leva a conhecer dois mundos distintos e, ao mesmo tempo, intrinsecamente conectados. Em sua obra, desde as primeiras linhas, Flora pauta como proposta uma interlocução com seus leitores de confiança, o que é percebido inclusive quando mostra a desumanização e a humilhação nos controversos caminhos por ela percorridos.

Ciente da sua origem aristocrática, Flora demonstra como, sendo ela filha de uma relação não reconhecida, a condição de pária lhe é imposta. Sem direitos e prestígio, numa época em que os ideais burgueses de família faziam da mulher um ser valorizado em suas múltiplas funções socialmente determinadas, entre elas ser mãe, filha e esposa, Flora rompia com todos esses estereótipos. Ruptura que se dá tanto por sua condição material imposta quanto pela sua insurgência revolucionária. Essa condição de mulher à frente do seu tempo também promoveu inúmeros rumores sobre a sua orientação sexual. A demonização da sexualidade feminina nesse período consagrou um modelo normativo de sexualidade. Mulheres com desejo por outras mulheres eram tratadas como hereges e maléficas. Nesse viés, Flora, mais uma vez, aponta as relações de dominação e o surgimento da criminologia médica positivista, aos quais ela foi submetida, visto que foi ela própria atacada por um suposto romance com sua amiga Olympia. Cabe destacar que esses rumores dialogam mais com uma forma de punição de Flora do que propriamente da relação com outra mulher.

Para Virginia Vargas, feminista peruana e prefaciadora do livro em espanhol, as mulheres da nossa geração foram e ainda são impactadas pelos escritos de Flora Tristan. Trata-se de uma autora feminista e revolucionária de seu tempo e que coloca em xeque um conjunto de valores e crenças de uma sociedade que se sustenta das opressões de gênero. Trata, em sua obra, das opressões e explorações de gênero, em especial por sua relação direta com os movimentos dos trabalhadores. Atenta para as imbricações de gênero e classe, ainda que não tenha dado naquele tempo essa denominação. Flora nos convida à reflexão e virada de chave analítica ao tratar dessas opressões de gênero como raízes de uma sociabilidade; portanto, os próprios movimentos de trabalhadores tinham em sua gênese parte dessas discriminações. Ao dirigir sua vida para o campo público e político, logo fazendo da sua narrativa um lugar de publicização, Flora radicaliza a vertente emancipatória da luta das mulheres e nomeia o que hoje conhecemos por *violências de sexo e gênero*,

matrimonial, direito à maternidade, direito ao divórcio, e como essas violências se estendiam à classe trabalhadora, somadas à exploração da força de trabalho.

Dos elementos mais centrais de *Peregrinaciones de una paria*, destaca-se o trato dado à violência jurídica. Há que pensar, todavia, que o ato impositivo não se origina da natureza, não está na essência dos homens e das mulheres, pelo contrário, é um produto social e histórico. Por ser produto das relações sociais em seu contexto histórico, a imposição da violência é maleável, vai de acordo com o avanço ou retrocesso de uma determinada sociedade, na necessidade impositiva de maior controle sobre determinados sujeitos e grupos. Por isso não há relação social sem manifestações de violências, ela é inerente enquanto forma estabelecida de coerção. É essa base legal, jurídica, processual e detalhada que configura a ação de quem pode exercer poder e sobre quem se executa esse conjunto de normas. Trata-se de uma formação jurídica pública, ou seja, de uma instituição que pode ser soberana e incontestável perante o povo, por isso a junção entre Estado e Igreja foi tão profícua.

Esses elementos aparecem na obra de Flora e são demonstrados por ela como força de coerção feita por homens, mas não por quaisquer homens. O estabelecimento do saber jurídico formado por homens honestos emerge com a finalidade de criar um antagonismo jurídico entre os sexos, mas não somente isso: a posição da mulher, nesse caso, estará sempre em condição inferior. Isso possibilitou na formação sócio-histórica um tratado jurídico e penal de criminalização/marginalização das mulheres – é sobre isso que Flora versa de forma arguta em sua obra.

Embora tenha sido difundida pela Europa, a posição revolucionária de Flora ao que mais tarde seria conhecido como pensamento médico-biológico-positivista não foi suficiente para inibir 55 anos mais tarde a tese de Guglielmo Ferrero e Cesare Lombroso sobre *A mulher delinquente*, obra publicada em 1893. Tal publicação busca “explicar cientificamente” a mulher criminosa e prostituta. Para isso, os autores dedicaram-se às teorias das diferenças entre macho e fêmea na

diversidade dos animais e concluíram que, embora a fêmea fosse mais forte e maior em algumas espécies, nos mamíferos, era o macho que detinha maior força, tamanho e habilidade, sendo a fêmea inferior (FERRERO; LOMBROSO, [1893] 2017, p. 135-136).

Essa mediação da obra de Flora com a tese médico-positivista de Ferrero e Lombroso se faz necessária para mostrar como, no curso da história, a escrita, o pensamento e as posições revolucionárias das mulheres não somente foram apagadas, mas postas em xeque por um saber masculino dominante. Entende-se, assim, que, no século XIX, a construção do conhecimento psicopatológico sobre a sexualidade do sexo feminino formalizou ritualisticamente o padrão da mulher normal e anormal. Isso levou (e de certa forma segue levando) ao surgimento de novas regulações comportamentais, que se expressam em recursos sistemáticos de repressões sobre esses corpos ditos desviantes. O dispositivo da aliança – que pode ser brevemente descrito como uma estrutura familiar de comportamento sexual (heteronormativo e monogâmico) para casar traços definidos por lei (principalmente através do contrato de casamento, garantindo fidelidade, filiação, herança etc.) – permite distinguir o campo do que está autorizado e do que está proibido e, assim, desencoraja o comportamento dissidente justamente pelo ordenamento jurídico, moral e social que são impostos. Por isso é correlata a relação de poder e dominação exercidos sobre Flora e os ainda hoje praticados contra as mulheres em todo o mundo, visto que este segue governado por homens, mas não por quaisquer homens.

Flora foi insurgente em muitos aspectos, em especial na denúncia da desigualdade jurídica, mas também frisou a solidão da mulher pária e viajante. Ao mesmo tempo, tratou como libertária a possibilidade de desbravar o mundo sozinha. Esses elementos são necessários e atuais para pensarmos, por exemplo, a atualidade da obra da autora no tocante à imigração de mulheres pelo mundo, ainda que com perspectivas distintas, as mulheres imigrantes são compelidas ao desbravamento, à solidão e à ausência de direitos, recursos e assistência jurídica. Somado a isso,

destaca-se a relevância contemporânea de sua obra para a América Latina e o Caribe, em especial no pensamento feminista.

Referências

FERRERO, Guglielmo; LOMBROSO, Cesare. **A mulher delinquente**. Tradução: Antonio Fontoura, Editora Antonio Fontoura: Curitiba, 2017 [1893]

TRISTAN, Flora. **Peregrinaciones de una paria**. Trad. Francesca Denegri. Lima, Perú: Fondo Editorial UNMSM, 2006 [1938]. 539 p.